



Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª  
(Orçamento do Estado para 2021)

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Exposição de motivos

Nos últimos anos, através de sucessivas alterações promovidas em sede de Orçamento do Estado, as taxas de imposto do selo aplicáveis a contratos de crédito ao consumo têm sido substancialmente agravadas, quer se trate de novos contratos, quer da extensão dos prazos de pagamento de créditos já anteriormente concedidos.

De modo a não dificultar a situação das famílias que, pretendendo cumprir os seus contratos de crédito, por vicissitudes várias necessitam de proceder à prorrogação do prazo dos mesmos, foi aprovada no âmbito do Orçamento do Estado para 2020 uma proposta de alteração do PSD através da qual o agravamento em 50% das taxas previstas nas verbas 17.2.1 a 17.2.4 não tinha aplicação nestes casos.

Verifica-se, no entanto, que a presente proposta de lei não contempla a solução que se encontra em vigor em 2020, voltando, assim, a penalizar as famílias, o que é tanto mais injusto quanto ocorre num momento de dificuldades económicas para muito portugueses, que poderão ver-se forçados a renegociar os seus contratos de crédito.

Nestes termos, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª – Aprova o Orçamento do Estado para 2021:



Artigo 233.º

[...]

[...]:

«Artigo 70.º-A

[...]

Relativamente aos factos tributários ocorridos até 31 de dezembro de 2021, as taxas previstas nas verbas 17.2.1 a 17.2.4 são agravadas em 50%, excluindo contratos já celebrados e em execução.»

Assembleia da República, 13 de novembro de 2020

Os Deputados,

Afonso Oliveira

Duarte Pacheco